

# No setor de exportação um certo otimismo. E alguns temores.

Mesmo confessando não conhecer todas as medidas que o pacote econômico contém, o presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, Humberto da Costa Pinto Júnior, considerou ontem que algumas delas são "extremamente positivas" para o seu setor. Como exemplo, Costa Pinto citou a extinção do limite quantitativo de crédito bancário para aplicações em todo o sistema, mesmo com a elevação do depósito compulsório.

No entanto, o presidente da Associação Brasileira de Empresas Comerciais Exportadoras, Carlos Sehbe, tem outra opinião. Sehbe acha que o governo compromete o potencial exportador do País, quando aumenta a correção dos financiamentos e toma uma série de medidas que faltamente afetarão o mercado interno, aumentando a recessão e a inflação.

"O processo inflacionário é muito prejudicial ao exportador e não se pode esperar que 8% do PIB nacional continuarão sendo comercializados normalmente no Exterior se os outros 82% forem afetados pela crescente crise interna" — explicou ainda Sehbe.

A Resolução 674, a que se referiu Sehbe, contudo, foi classificada como "razoável" por Costa Pinto. A resolução fixa os juros do Banco Central em 60% da correção monetária até o próximo 31 de dezembro. A partir disso, os juros serão fixados em 70% da correção monetária com mais 3% de juros. Costa Pinto acredita que com os novos percentuais os exportadores terão condições de trabalhar sem prejuízo. "Mas o fato mais significativo é que agora o empresário pode planejar seu trabalho sabendo o tempo exato da regra do jogo — e, assim, riscos menores."

No Rio Grande do Sul, o presidente da Associação dos Bancos do Estado, Roberto Maisonnave, até considerou as decisões de cortar os subsídios, retirar o IOF e taxar os investimentos a curto prazo e concluiu: "Estão corretas". "Mas o governo não conseguiu o respaldo político para fazer a coisa mais ampla, que seria a desindexação total da economia — o que precisaria ser feito", disse.

A desindexação foi também reclamada por Carlos Sehbe. "Os problemas do País estão exigindo medidas muito mais fortes" — disse.

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e diretor da corretora Convenção, Eduardo da Rocha Azevedo, acredita que a taxa de 4% sobre a diferença entre a compra e a revenda de títulos não atinge o mercado de cheques administrativos (ADM) que portanto será estimulado, provocando maior redução das operações pelo Selic. O ADM é o open feito com lastro em títulos privados, e liquidação por cheque. No Selic, o lastro é de títulos públicos e a liquidação se faz em dinheiro ou débito em conta corrente, ou seja, sobre reservas.

— Acho que o poder político falou mais alto — disse Rocha Azevedo. O acordo do PTB com o PDS pesou mais do que as necessidades econômicas do País, quando o contrário teria sido mais correto — declarou a respeito do conjunto de decisões.

— Qualquer economista de bom senso tem afirmado que sem a desindexação o que se terá é uma explosão inflacionária — acrescentou.

## Open

Rocha Azevedo previu que os juros reais vão cair, mas os nominais deverão subir, por causa do aumento da inflação. E elogiou a entrada em vigor da nova tabela do Imposto de Renda na fonte, que reduzirá a retenção nos salários baixos e médios: "Tudo o que diminua a carga sobre o assalariado é bom. É a classe que mais paga imposto no Brasil".